

Tirando a máscara do palhaço

Decio Gurfinkel

Resenha de Maria Silvia Bolguese,
Depressão & doença nervosa moderna,
São Paulo, Via Lettera/FAPESP, 2004, 171 p.

226

PERCURSO 38 : junho de 2007

A depressão tem sido objeto de atenção crescente no meio psicanalítico¹. Do ponto de vista teórico-clínico, sua abordagem não é propriamente nova. Ainda que não constitua uma forma clínica tão nitidamente delimitada e reconhecida na psicopatologia psicanalítica como a histeria, a neurose obsessiva ou a paranóia, há certamente um *alicerce metapsicológico* sobre a depressão já assentado nos textos clássicos, a começar pela obra de Freud. Karl Abraham e o desenvolvimento kleiniano, seguidos de diversas outras contribuições pós-freudianas, vieram enriquecer essa base. Ora, por que então diversos autores têm considerado a depressão uma *doença moderna*, ou uma das apresentações típicas da chamada “psicopatologia contemporânea”?

O livro *Depressão & doença nervosa moderna*, de Maria Silvia Bolguese, ajuda-nos a refletir sobre esse ponto. Sua abordagem do tema procura alargar o ângulo de visão da investigação para além da compreensão estritamente psicanalítica, sem porém abandoná-la: a meta

da autora é abordar a depressão dentro de um contexto histórico, social e político. O objeto “depressão” ganha, assim, diversos sentidos: ele é tanto um fenômeno clínico a ser investigado, quanto o efeito complexo, nos indivíduos, da violência da organização social em que vivemos, ou a criação ideológica de uma “doença” para alimentar a máquina de consumo capitalista. O trabalho de Bolguese caracteriza-se por uma abordagem multifacetada não apenas em termos do *objeto* da investigação, mas também em relação ao *ponto de vista conceitual* com que opera: a autora lança mão tanto do arsenal conceitual psicanalítico freudiano quanto de estudos críticos sobre os mecanismos de controle social e de produção de ideologias, com especial destaque para Adorno.

Trata-se de uma pesquisa de doutorado realizada junto ao programa de Psicologia Social da PUCSP, e enquanto tal obedece a um plano de trabalho claro e coerente. O livro subdivide-se em duas partes. A primeira dedica-se à apresentação e ao aprofundamento da abordagem conceitual – que, como disse, é multifacetada –, assim como à introdução paulatina da problemática a ser discutida. A segunda parte do livro contém o que se costuma chamar “trabalho de campo”, ou seja: o estudo da problemática em foco em um material empírico específico, a fim de testar as hipóteses levantadas e fazer avançar a investigação. A escolha do material para tanto foi muito feliz, já que ele serviu perfeitamente – como veremos – ao objetivo almejado.

O trabalho tem como ponto de partida a constatação de uma *disseminação* espantosa do conceito de depressão. Por que – supostamente – os indivíduos padecem tão recorrentemente de depressão hoje? Trata-se mesmo de uma “doença” que se dissemina, ou, talvez, também, de um “diagnóstico” forjado que realimenta a doença e a reproduz? A primeira consideração crítica da autora é a constatação de uma tendên-

Decio Gurfinkel é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor dos cursos *Psicanálise: teoria e clínica* e *Psicossomática* no mesmo Instituto, doutor pelo Instituto de Psicologia da USP e autor de *A pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania* e *Do sonho ao trauma: psicossoma e adições*.

¹ A título de exemplo, menciono a pesquisa realizada em nosso meio por Daniel Delouya, cujo livro *Depressão, estação psique* resenhei na *Percurso* n. 29.

cia à *generalização* que banaliza o uso do termo: “hoje, tudo é depressão. E, se tudo é depressão, a depressão não é nada” (p.17). A falta de uniformidade e precisão na definição do conceito só vem complicar o problema. A segunda consideração crítica apontada por Bolguese é a tendência a uma *naturalização* da depressão, ou seja: considerá-la um dado atributo do indivíduo que anula qualquer problematização, e que portanto cumpre uma função de encobrimento ideológico. Esta “naturalidade” é, em geral, atribuída a uma base neuroquímica, mas pode ser também tratada em termos de uma estrutura psíquica do sujeito pré-formada; assim, tanto a psiquiatria quanto a própria psicanálise estão sujeitas a um tratamento ideologizante da depressão.

E qual problematização é anulada com esta *naturalização*? Antes de tudo, a imbricação dialética entre o mal-estar dos indivíduos e as condições sociais, assim como a implicação do sujeito e de sua história em relação a seu sofrimento.

Bolguese nos lembra de que há um profundo e consistente questionamento sobre as estruturas sociais na própria obra de Freud. Já no texto sobre a moral sexual civilizada, Freud demonstrou como a vida em sociedade onera o psiquismo e sobrecarrega o sujeito: uma vez que a civilização repousa sobre a supressão das pulsões, ela promove o confinamento dos indivíduos à neurose. A discussão prossegue e torna-se muito mais complexa em textos mais tardios (sobretudo em *O futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na cultura*) e, como bem assinala Bolguese, ganha um novo e importante impulso com o conceito-chave de *superego*. Com ele, “fica mais evidente que as marcas culturais ganham um lugar específico na difícil *administração interna* da economia pulsional do sujeito”, e o próprio sujeito torna-se um “estandarte do mal-estar” (p. 37).

Em busca de melhor fundamentação para sua visão de um sujeito imerso no contexto social, Bolguese recorre às formulações de Adorno, Horkheimer e Marcuse, que por sua vez trabalharam também algumas das teses de Freud. Apoiando-se nessa perspectiva, a autora aborda

a depressão em conexão com o advento da sociedade burguesa. Os processos civilizatório e educacional implicam a adesão a dois contratos primordiais – o da propriedade e o do domínio –, e a renúncia imposta ao sujeito burguês como condição da socialização empurra-o em direção à regressão e à neurose, trazendo fortes prejuízos à constituição de sua subjetividade. Ora, por causa da tendência à *naturalização*, a depressão emerge como um fenômeno “interior” – um sofrimento individual vivido em um foro íntimo – que mascara as tensões sociais e as relações de dominação.

Bem, essas considerações têm implicação direta para o método de pesquisa adotado. Segundo Adorno, o risco dos estudos no campo das ciências humanas é sempre estabelecer uma cisão entre o particular e o universal. No caso específico da abordagem da depressão, esse equívoco pode conduzir a uma oposição estrita entre *psiquiatria* e *psicanálise*, que deve ser evitada. Conforme ressalta Bolguese, “não se trata de conferir o singular (a história e as representações) à psicanálise e as categorias coletivas e universais (o corpo e a biologia) à psiquiatria, pois esta suposta separação acabaria por encobrir – o que seria puramente ideológico – a tensão/cisão enfrentada tanto pelo psicanalista diante da singularidade do desejo do sujeito, atravessado por *violentos processos identificatórios* também constituídos a partir das referências à coletividade (aspectos sociais) e à universalidade da biologia, quanto pelo psiquiatra que se vê indagado por um sujeito com sua história peculiar, que tenta nomear seu mal-estar através de categorias que lhe são próprias” (p. 28). A autora conclui, assim, que a oposição maniqueísta entre os dois campos do saber conduz ao pior dos equívocos: o de se pensar que a resposta estaria na substituição ou na eliminação de uma pela outra.

Se o homem é um ser social, faz-se necessário considerar as inter-relações entre as categorias sócio-políticas e os movimentos psíquicos individuais, e, em nosso caso particular, entre o mal-estar na cultura e a depressão. Coerente

com este princípio metodológico, Bolguese se apóia em trabalhos de psicanalistas que adotam essa mesma perspectiva, tais como Serge André, Roudinesco e Joel Birman. É bastante sugestiva a proposta de Serge André, segundo a qual a ciclotimia, como “bipolaridade simplista da baixa e da alta”, seria própria da estrutura do capitalismo: “o homem – o *doente* – de quem se ocupa a psiquiatria acaba necessariamente sendo concebido como um capital de energia que o tratamento deve manter em um nível adequado de produtividade” (p. 39), e o termo depressão “converteu-se em um dos significantes do sistema econômico cuja finalidade é a criação e a manutenção da mais-valia” (p. 42). Roudinesco, por sua vez, qualificou nossa sociedade de *depressiva*, por ser dominada pela individualidade, pela tristeza, pela apatia e pelo vazio de desejo. O homem sucumbe à psicofarmacologia sem refletir sobre a origem de sua infelicidade, e o antidepressivo permite ao indivíduo voltar à cadeia produtiva da maneira mais silenciosa possível. Joel Birman ressaltou também o evitar sistemático do sofrimento como uma marca da atualidade, o que se reflete na recorrência da solução química. Como resume Bolguese, hoje pretende-se a “normalização”: “encontrar a felicidade média, possível, plausível aos homens que se ajustam ao sistema social” (p. 46).

Temos, assim, um quadro claro do substrato conceitual que sustenta o trabalho de Bolguese. A primeira parte do livro é composta ainda por mais dois capítulos, que buscam analisar criticamente a abordagem da depressão pela psiquiatria e pela psicanálise. O primeiro deles dedica-se à *concepção* de depressão, e o segundo às suas *terapêuticas*.

Ao tratar da visão psiquiátrica da depressão, Bolguese relembra as mudanças ocorridas nessa disciplina no século XX. Se na década de 1950 a psiquiatria conservava uma leitura dinâmica dos fenômenos e incorporava algumas noções psicanalíticas, nas últimas décadas esses elementos foram expurgados, dando lugar a uma concepção pronunciadamente organicista. A

autora nos mostra os reflexos de tais mudanças na abordagem da depressão, e para tanto examina os manuais de psiquiatria DSM e CID-10. Tais instrumentos concentram-se na classificação e na descrição de síndromes e transtornos, cuja explicação tende a ser reduzida à base orgânica do funcionamento cerebral; por outro lado – e sintomaticamente – a histeria desaparece dos manuais. As linhas de força da classificação são subliminarmente determinadas pelos avanços da farmacologia, enquanto o trabalho de pensamento da teorização mingua. Ora, Bolguese vê aqui uma *mitificação da ciência* cujo objetivo é dominar os sujeitos, e propõe um resgate da teorização – com sua salutar “intransigência” – como antídoto para esse estado de coisas.

Em relação à concepção psicanalítica da depressão, a autora retoma os textos de Freud sobre o humor e sobre a melancolia. É sobretudo no primeiro que Bolguese vê a possibilidade de uma abordagem frutífera do tema, já que, se “o humor é sempre rebelde”, ele é por definição um caminho para sair da alienação depressiva de modo crítico e não adaptativo; ora, “ao situar o humor na relação entre o ego e o superego, Freud não deixa de examinar o homem em seus embates com a cultura” (p. 65). Uma vez que na sociedade capitalista se dá uma tradução do desejo em termos da satisfação imediata por meio do consumo, o sujeito impedido de satisfazer-se pelo consumo tende a culpabilizar-se e enclausurar-se em um estado depressivo, perdendo sua capacidade para a *atitude humorística*. Essa observação vai ao encontro da concepção de Hugo Bleichmar, que vê na representação de um desejo como irrealizável a essência do fenômeno depressivo. Ao “fabricar” uma satisfação de consumo irrealizável, a sociedade forja indivíduos de saída entristecidos, pois fracassados em sua busca. Diante da apropriação ideológica do conceito de depressão, Bolguese considera que a psicanálise deve assumir um posicionamento: ela “deve se colocar como um instrumento que, à medida que explicita os conflitos individuais, desvenda os determinantes culturais” (p. 76) –

tarefa que, aliás, Adorno já havia atribuído à psicanálise, sempre no limite tênue entre o aprisionamento e a libertação dos sujeitos.

A análise das propostas terapêuticas da psiquiatria e da psicanálise dá seqüência ao argumento do trabalho. Bolguese nos lembra como o uso de psicotrópicos tornou-se a principal opção de tratamento para a psiquiatria, sendo os antidepressivos os psicotrópicos mais receitados hoje; essa direção tomou proporções espantosas, a ponto de metade do orçamento médico do Estado de Massachusetts ser gasto em medicação psiquiátrica! Trata-se, efetivamente, de um fenômeno que merece muita atenção: o tratamento medicamentoso – esta “saída eficaz, rápida e *asséptica*, prometendo ao sujeito um afastamento pleno de seu mal-estar” (p. 84) – é hoje largamente utilizado e disseminado, sendo encampado inclusive por médicos não psiquiatras. Ao mesmo tempo, os psiquiatras têm dado preferência a psicoterapias cognitivistas e comportamentais. Como fica a prática da psicanálise nesta “era Prozac”? Como pensar a “associação de terapêuticas”, especialmente quando o psicanalista se vê diante de um número cada vez maior de pacientes medicados? E ainda: se há uma *depressividade* própria do psíquico, o que significa procurar extirpá-la por uma estratégia química? Essas são as questões essenciais que Maria Silvia Bolguese nos põe aqui a considerar².

A partir da colocação em cena desses elementos em questão, a autora parte para o “trabalho de campo”; aqui se encontra a parte mais original de seu trabalho. Como investigar a dimensão ideológica da disseminação do conceito de depressão e suas diversas conseqüências? O caminho escolhido foi analisar o material de divulgação da depressão produzido pelos grandes laboratórios farmacêuticos, buscando apreender o modo pelo qual se procura definir e “vender” a depressão. Adotando o método da “análise de conteúdo dos estímulos” como meio de investi-

gação das mentalidade dos grupos, proposto por Adorno, Bolguese examina duas peças publicitárias. Tais peças são, aliás, de uma eloqüência *gritante*! Creio que aqui entra em jogo o talento da autora-psicanalista em escutar e “deixar falar” o material, oferecendo ao leitor a oportunidade de “ver com seus próprios olhos” a engrenagem ideológica e manipulatória em ação.

Uma primeira impressão é que tais peças de divulgação, dirigidas aos médicos, deveriam ser ineficazes, dado seu caráter, simplificação excessiva e intenção ilusionista evidente. Mas, como se dá em geral no mundo do *marketing*, não é isso que ocorre: é justamente essa primariedade e infantilização – assim como as promessas irrealis e mágicas – que falam mais fundo ao coração dos homens. Como nos mostra a autora, a ciência e os “homens do saber” não estão de forma alguma isentos dos mecanismos ideológicos de dominação – inclusive os psicanalistas! Retomando uma sugestão de Luiz Carlos Menezes, ela assinala que estes também têm sido influenciados pela forte publicidade feita em torno da depressão e dos antidepressivos, o que os induziu a encaminhar seus pacientes para tratamento psiquiátrico com muito mais freqüência na última década.

“A alegria da forma mais pura”. Esse é o slogan do primeiro folheto analisado, que contém a figura de um palhaço sorridente na capa e tem como ícone o desenho de um sorriso. Bolguese dissecou em detalhes tanto a forma quanto o conteúdo do material, levantando várias sugestões interpretativas. Assim, “o palhaço, como personagem de uma peça bufa, esconde e revela atrás da máscara da alegria suas tristezas e mazelas” (p.126), e a idéia de “cura” da depressão veiculada pela peça publicitária é a construção de uma máscara de palhaço. Ora, à medida que o remédio torna-se a *pilula da alegria*, aos sujeitos só resta o lugar de palhaço: o “esvaziamento do homem feito de palha” (p.127). A análise empreendida do significativo “pureza” é também sugestiva: ele aludiria a uma infantilização e a um transporte a um mundo

² Maria Silvia esclarece que sua intenção não é defender uma bandeira anti-medicação, e reconhece os avanços e os benefícios que o uso de psicotrópicos pode trazer.

ingênuo e inocente, assim como a um poder totalizador da pílula mágica: “é como se o remédio possibilitasse a aquisição de um estado original, no qual o sujeito se vê protegido das impurezas e intervenções da existência, uma vez que puro também significa total, completo, exclusivo e uno” (p.128). Diversos outros aspectos são abordados, tais como a relação entre depressão e mundo do trabalho, a incidência da depressão nas mulheres e a necessidade de escamotear os efeitos colaterais do remédio, assim como seu custo financeiro. Um dos elementos trabalhados por Bolguese merece, a meu ver, destaque especial: a tendência de o médico tornar-se um simples *elo* da cadeia de mercado, uma vez que a indústria busca neutralizar sua participação efetiva. Bolguese analisa, ainda, uma segunda peça publicitária – cujo slogan é “dê uma virada no quadro depressivo do seu paciente” –, que revela elementos semelhantes aos da primeira.

Pode-se observar, assim, *in locu*, a ação dos mecanismos ideológicos denunciados pela autora, que conclui: “a alegria questionável e falsa do palhaço está à disposição nas prateleiras, mas obviamente não se pretende a alteração deste estado de coisas [...]; a solução para o mal-estar prescinde da explicação e do enfrentamento dos conflitos sociais” (p.139). Ora, enquanto o “anti-depressivo vende a alegria como meio de escapar daquilo que não se pode escapar de modo algum” (p.140), uma psicanálise orientada pelo modelo da *atitude humorística* encontra-se no lado oposto. Se o humor é sempre rebelde, ele

põe continuamente em questão os mecanismos de poder que buscam naturalizar o *plus* de sofrimento inflingido ao Eu pela vida em sociedade, combatendo o supereu tirânico com um supereu benevolente. Trata-se de lançar mão de uma preciosa arma do psíquico que busca alargar o raio de ação de um Eu alienado, achatado e submetido por este outro-em-mim dominador e escravizante: o supereu primitivo, sádico e violento. A alternativa a esta luta contínua seria engolir uma pílula mágica infligida pelo grande Outro, “tratamento” que pode ter como consequência a anulação do sujeito.

Como se vê, o livro de Maria Silvia Bolguese coloca sobre a mesa uma problemática da maior importância, que certamente toca a todos nós como clínicos e cidadãos do mundo. Ele abre nossos olhos para a necessidade de abordarmos a depressão no entrecruzamento entre as determinações psíquicas e as determinações sócio-políticas, e nos alerta para a necessidade de complementarmos nosso arsenal conceitual psicanalítico com o ponto de vista das ciências sociais e da filosofia. A contribuição da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt constitui, certamente, um dos instrumentos mais ricos para tanto. Creio ter deixado claro, nesta resenha, como o *alcance* do trabalho não se limita ao âmbito acadêmico, mas – como bem ressaltou Nelson da Silva Junior no prefácio do livro – comporta uma dimensão inequivocamente *política*: o trabalho de desvelamento dos mecanismos ideológicos em uma dada situação concreta eleva uma “ação conceitual” ao patamar de uma “ação política”.